



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

## EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 009/2021

### PROSPECÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO

(Processo Administrativo nº 129/2021)

#### PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – PR, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 76.205.640/0001-08, com sede na Avenida Rio Grande do Sul, n.º 130, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está instaurando processo de **CHAMAMENTO PÚBLICO** de prospecção no mercado imobiliário do município de Dois Vizinhos de imóvel para locação, visando uso da empresa FOAUD ENNAFIE MODAS, conforme abaixo descrito.

#### 1. DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DA ABERTURA

**1.1 LOCAL:** Sala de Licitações – Prefeitura Municipal, com endereço na Avenida Rio Grande do Sul, n.º 130 – Dois Vizinhos – PR.

**1.2 DATA:** 21 de junho de 2021.

**1.3 HORÁRIO:** 9 horas.

**1.4** Comissão Permanente de Licitação nomeada pela Portaria 038/2021.

**1.5.** Da publicação: De acordo com o Art. 1º, § 1º da Lei 2366/2019 estabelece que o prazo de publicação conforme o texto da Lei é “O Credenciamento é o ato administrativo de chamamento público, processado por edital, destinado à contratação de serviços ou junto àqueles que satisfaçam os requisitos definidos pela Administração, observado o prazo de publicidade de no mínimo 15 (quinze) dias úteis”.

#### 2. DO OBJETO e OBJETIVO

**2.1** Chamamento Público para prospecção do mercado imobiliário, visando a locação de imóvel não residencial, de pessoa jurídica, que atenda às necessidades da empresa FOAUD ENNAFIE MODAS, para sua instalação no município de Dois Vizinhos, conforme previsto na Lei 2476/2021.

**2.2** Este procedimento tem por objetivo divulgar previamente ao setor privado a pretensão da Administração Pública, dando publicidade à escolha do imóvel a ser contratado, visando permitir a identificação da melhor proposta.

#### 3. DO EMBASAMENTO LEGAL e JUSTIFICATIVA

**3.1.** Este Chamamento será amparado pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Municipal nº 2161, de 12 de setembro de 2017, Lei Municipal nº 2476, de 11 de maio de 2021, NBR 14653, Decreto Municipal 16.822/2021 e as condições estabelecidas nesse edital e seus anexos, que dele constituem parte integrante para todos os efeitos legais.



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

**3.2.** Atualmente verifica-se uma crise econômica no Brasil desde o início da pandemia, tendo como um dos efeitos o desemprego, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE no Brasil ficou em 14,2% no trimestre encerrado em janeiro de 2021, atingindo recorde de 14,3 milhões de pessoas desempregadas.

**3.2.1** No cenário atual do país, é desolador circula várias notícias com milhões de desempregados, “taxa de desemprego no Brasil fica em 14,2% em janeiro, diz IBGE; desempregados totalizam 14,3 milhões”, fonte <https://www.infomoney.com.br/economia/taxa-de-desemprego-no-brasil-se-mantem-em-142-em-janeiro-diz-ibge-desempregados-totalizam-143-milhoes/> e “Brasil tem maior taxa de desemprego para um trimestre até janeiro”, fonte <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2021/03/31/brasil-tem-desemprego-de-142-no-tri-ate-janeiro-diz-ibge.htm>.

**3.2.2** Portanto, diante do cenário atual são necessárias políticas públicas para a geração de novos empregos, devendo a Administração Pública incentivar a instalação de indústria e geração de empregos no Município.

**3.2.3** Neste sentido, a concessão de incentivo à empresa FOAUD ENNAFIE MODAS, inscrita no CNPJ sob nº 33.652.177/0001-21, através do pagamento de locação de imóvel com a finalidade de instalação comercial da empresa neste Município, tendo como contrapartida do incentivo, a empresa beneficiária deverá contratar e manter a quantidade de 110 (cento e dez) empregos, que consequentemente gerará empregos diretos e indiretos, movimentará o comércio local e aumentará a arrecadação municipal com tributos, justificando o incentivo prestado pelo Município.

## 4. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO e IMPUGNAÇÃO

**4.1.** O(s) pedido(s) de esclarecimento(s), referente(s) ao processo de chamamento, poderá(ão) ser realizado(s) por qualquer pessoa, inclusive proponente, e deverá(ão) ser enviado(s), por meio do e-mail: [natalia.borcatto@doisvizinhos.pr.gov.br](mailto:natalia.borcatto@doisvizinhos.pr.gov.br).

**4.2.** A(s) impugnação(ões) poderá(ão) ser entregue(s) no Departamento de Licitações ou enviado(s) por meio eletrônico para o e-mail: [natalia.borcatto@doisvizinhos.pr.gov.br](mailto:natalia.borcatto@doisvizinhos.pr.gov.br).

## 5. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

**5.1.** Poderão participar deste certame pessoas jurídicas que possuam imóvel compatível com o objeto dessa consulta e que atendam às condições exigidas neste Edital e seus Anexos.

**5.2.** Não poderão participar deste certame:

- a) Interessados que se encontrem com falência decretada, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução e liquidação, exceto aqueles que estiverem com recuperação judicial já aprovada pelo juízo competente.



# Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- b) Interessados que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com a sanção de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a administração municipal.

## 6. DA VIGÊNCIA

**6.1.** Conforme dispõe a Lei Municipal 2366/2019 em seu Art. 3º O Chamamento Público para credenciamento estará aberto pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, caso haja interesse da administração.

**6.2.** O contrato derivado da dispensa gerada por esse chamamento terá vigência até o dia 24 de maio de 2022.

**6.3.** Conforme dispõe a Lei Municipal 2476/2021, Art. 2º em seu § 2º O prazo de duração do incentivo para pagamento de aluguel previsto no caput deste artigo poderá ser prorrogado por igual período, por uma única vez, de acordo com o interesse da administração municipal.

## 7. DO VALOR e DOTAÇÃO

**7.1.** Esta chamada pública tem valor total de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), conforme art. 2º da Lei Municipal nº 2476/2021.

**7.2.** O incentivo de que trata a Lei Municipal nº 2476/2021 será destinado a custear as despesas com pagamento de aluguel mensal, no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a serem repassados mensalmente por um período de 12 (doze) meses.

**7.3.** FONTE DO RECURSO: Livre.

**7.4.** O recurso será proveniente da seguinte dotação orçamentária:

04 Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Turismo  
001 Departamento de Fomento, Turismo, Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Emprego e renda  
19.126.0004.2008 Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e Turismo  
3.3.90.39.00.00 Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica.

## 8. DO IMÓVEL

**8.1.** São características mínimas do imóvel:

- Estar localizado dentro do perímetro urbano do Município de Dois Vizinhos/PR em área que seja permitida atividade industrial;
- O imóvel deve estar localizado na seção Sul do município, visando maior facilidade no escoamento das mercadorias produzidas.
- Área construída de 500m² (quinhentos metros quadrados);
- Acesso a ponto de ônibus com distância máxima de 600m (seiscentos metros);



# Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- e) Haver no mínimo 3 (três) banheiros;
- f) Dispor de espaço para instalação de refeitório para no mínimo 60 (sessenta) pessoas;
- g) Ter 2 (duas) salas individuais para Chefia e Assessoria;
- h) Pé direito de no mínimo 6 (seis) metros;
- i) Estacionamento privativo com no mínimo 6 (seis) vagas;
- j) Área total do terreno no mínimo 2.800m<sup>2</sup> (dois mil e oitocentos metros quadrados);
- k) Rede elétrica e hidráulica em pleno funcionamento;
- l) Disponibilidade para instalação de telefone e internet;

## 9. DA PROPOSTA

**9.1.** O(s) proponente(s) deverá(ão) apresentar proposta com no mínimo, as seguintes informações:

- a) Data da emissão da proposta;
- b) Razão social da proponente;
- c) Endereço completo do imóvel ofertado com CEP;
- d) Telefone e e-mail para contato do representante da proponente;
- e) Todos os valores da proposta deverão vir expressos em moeda nacional corrente (Real - R\$);
- f) Descrição resumida do imóvel;
- g) Valor de locação por m<sup>2</sup> (metros quadrados) da área total ofertada, não sendo admitidos custos adicionais, a título de adequação do espaço, considerando todas as especificações previstas;
- h) Valor mensal e anual da locação, em valor presente à data da apresentação da proposta, não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- i) Identificação dos proprietários e seus procuradores (apresentação dos respectivos instrumentos);
- j) Fotos do imóvel (fachada, laterais e interna por pavimento);
- k) Informação acerca da disponibilidade de vagas de estacionamento, as quantidades e metragem disponibilizada para este fim;
- l) Informação acerca da disponibilidade de espaço para manobras bem como a metragem disponibilizada para este fim;
- m) Demonstrar que o imóvel atende todos os requisitos elencados no item anterior.
- n) A proposta de locação deverá indicar o prazo para a entrega das chaves;
- o) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias.

**9.2.** A proposta não poderá conter emendas, rasuras, correção por corretivo líquido ou similares nos campos que envolvem valores, quantidades e prazos, que possam comprometer a sua interpretação;

**9.3.** Os valores a serem apresentados pela proponente na proposta cingem-se tão somente ao valor mensal a título da locação do imóvel (valor do aluguel mensal) e deverão considerar todas as especificações, não sendo admitidos custos adicionais a título das adequações e modificações necessárias bem como impostos, contribuições sociais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, garantias, taxas, emolumentos, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o contrato;



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

**9.4.** Caso exista a obrigatoriedade de pagamento de taxa condominial, esta deverá ser explicitada de forma clara na proposta, devendo conter as informações descritivas das despesas condominiais e o valor médio da taxa condominial cobrada nos últimos 6 (seis) meses que antecederem a apresentação da proposta;

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

**10.1.** Apresentar na assinatura do contrato:

- a) Documentação regular composta por matrícula atualizada do imóvel devidamente registrada em nome do locador, expedida a menos de 30 (trinta) dias, escritura, certidão negativa de ônus do cartório de registro de imóveis, comprovantes de pagamento IPTU;
- b) Certidão de regularidade fiscal da União, do Estado e do Município, FGTS e CNDT da proponente devidamente válidos na oportunidade;

**10.2.** Arcar com as eventuais obras e/ou reformas a serem efetuadas no imóvel;

**10.3.** Realizar consertos estruturais, de infiltrações, de problemas elétricos;

**10.4.** Realizar consertos estruturais, de infiltrações, de problemas elétricos; realizar manutenção do elevador (se houver), da rede elétrica e hidráulica, de rede e de pontos de telefonia não decorrentes do mau uso, mantendo as condições inicialmente contratadas, em tempo hábil e sem comprometimento à funcionalidade dos serviços ali prestados;

**10.5.** Declaração atestando que não há, acerca do imóvel, qualquer impedimento de ordem jurídica capaz de colocar em risco a locação, ou, caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação;

**10.6.** Manter durante a execução do Contrato proveniente deste Edital, todas as condições de habilitação exigidas no Credenciamento.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

**11.1.** Ao locatário, neste processo identificado como Prefeitura Municipal do Município de Dois Vizinhos, fica sobre sua responsabilidade:

- a) Realizar vistoria do imóvel, antes da entrega das chaves, para fins de verificação minuciosa de seu estado, fazendo constar em termo os eventuais defeitos existentes;
- b) Servir-se do imóvel para uso convencionado ou presumido, compatível com sua natureza e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo como se seu fosse;



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- c) Restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal e adequado.

## 12. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

**12.1.** Para o credenciamento, as pessoas jurídicas, deverão apresentar toda a documentação informada abaixo, conforme exigência do artigo 32 da lei 8666/93, sendo:

### 12.1.1 Habilitação Jurídica:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- d) No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.1.1.1 Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

- e) Inscrição no CNPJ/MF;
- f) Inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal (ALVARÁ), relativo ao domicílio ou sede da Proponente.

### 12.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de regularidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante com a apresentação das seguintes certidões:
  - a.1) a prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante.
  - a.2) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da respectiva certidão negativa de débito (ou positiva com efeito de negativa),



# Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;

**a.3)** a prova de regularidade com a Fazenda Municipal será feita por meio da certidão negativa ou positiva com efeito negativo, ou se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal.

- b)** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- c)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT).

12.1.2.1 Os sites oficiais serão consultados para efeito de comprovação da regularidade fiscal de documento.

## 12.1.3 Documentação Complementar:

- a) Declaração Unificada** (conforme modelo – Anexo II);
- b)** A Certidão de Ônus e Ações expedidas pelo Registro de Imóveis atestam a existência ou não de ônus reais (ex.: alienações fiduciárias, hipotecas, usufruto, etc.), cláusulas (ex.: incomunicabilidade, impenhorabilidade, etc.) ou gravames (ex.: restrições administrativas, penhoras, ausência de quitação, etc.)

## 13. DA ESCOLHA DO IMÓVEL

**13.1.** As propostas apresentadas serão submetidas a Avaliações Mercadológicas para fim de Locação, conforme NBR 14653, e posteriormente à Comissão Permanente de Avaliação de imóveis de terceiros de interesse do Município, nomeada pelo Decreto Municipal 16.822/2021 fará a emissão de parecer e laudo de avaliação individualizado. Em seguida, as propostas serão submetidas à decisão da Administração Municipal.

**13.2.** A classificação e a seleção da melhor proposta dentre as qualificadas, levará em consideração especialmente:

- À conveniência e a adequação do imóvel,
- À finalidade pretendida pela municipalidade,
- A sua localização,
- A qualidade de sua construção e acabamento,
- A segurança do imóvel e do seu entorno,
- As condições de acessibilidade,
- O valor pretendido para a locação e
- O atendimento aos requisitos do instrumento editalício.



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

## 14. DO ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO e FISCALIZAÇÃO

**14.1.** A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Turismo, realizará o acompanhamento do objeto credenciado por meio de auditorias, comunicações escritas, visitas e outras atividades correlatas. Todas as ocorrências deverão ser registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.

**14.2.** Caberá a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Turismo por meio do responsável pela pasta o Sr. Everaldo Santini a gestão do contrato.

**14.3.** A fiscalização do contrato será de responsabilidade do servidor Flávio Galeazzi, sendo nomeado como sua suplente a servidora Adriani Terezinha Zopeletto.

## 15. DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

**15.1.** Estando a proponente apta a contratação, o processo será encaminhado a Procuradoria Geral do Município, que verificará a regularidade do procedimento, visando a realização do processo de dispensa de licitação, tomando-se por base o inciso X do artigo 24 da Lei de Licitações.

**15.2.** DA ÉTICA: O contratado deverá cumprir o Termo de Ética dos Servidores Públicos do Município de Dois Vizinhos, conforme previsto no Decreto nº 16549/2020, artigo 27, alínea “D” de acordo com os princípios e critérios de conduta nele estabelecidos.

## 16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DAS CONDIÇÕES GERAIS

**16.1.** Constituir-se-ão obrigações da CONTRATADA as seguintes, para a totalidade do objeto:

1 - Tratar as questões inerentes ao objeto com o fiscal do contrato, através do(s) responsável(is) técnico(s), não se admitindo aos demais empregados da CONTRATADA tratarem de questões técnicas com o fiscal do contrato, a não ser por iniciativa deste último;

2 - Responsabilizar-se por qualquer dano causado, por sua culpa ou dolo, a qualquer órgão público, empresa privada ou pessoa física, não cabendo ao Município suportar qualquer ônus, nos termos do art. 70 da Lei nº. 8.666/1993;

3 - Responder por quaisquer danos morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao Município ou a terceiros, provocados ou negligenciados por seus profissionais e/ou prepostos, culposa ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município;

4 - Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste registro de preços, de acordo com as especificações determinadas no Processo Licitatório;



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

5 - Além destas obrigações, ainda compete à CONTRATADA:

- a) Executar/entregar o objeto de acordo com as orientações do fiscal;
- b) Responsabilizar-se, civil e ético-profissional e responder pela qualidade;
- c) Providenciar a regularização de falhas, defeitos ou omissões definidas pela Fiscalização do Município.

6 - Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas, serão aplicados à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.

## **17. CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**17.1.** Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 16480, de 30 de julho de 2020.

**17.2.** Art. 4º Constituem atos lesivos à administração pública, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas neste Decreto, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;



# Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

## **18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**18.1.** A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, a administração municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no edital, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto registrado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à prefeitura do município, e ainda sem prejuízo das demais penalidades previstas na lei nº 8.666/93;

IV - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato quando o inadimplemento ensejar a rescisão contratual;

V - A licitante vencedora que deixar de celebrar o contrato, não mantiver sua proposta, deixar de entregar documentação necessária ou apresentar documentação falsa exigidas em todas as fases contratuais, ensejar o retardamento da execução do certame, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública e, será descredenciado junto aos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, na ata e das demais cominações legais;



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

**18.2.** As sanções previstas nos incisos "I e V" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II a IV, facultada a defesa prévia do licitante, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

**18.3.** A multa devida será descontada dos pagamentos devidos pela prefeitura do município de Dois Vizinhos ou quando for o caso, cobrada judicialmente;

**18.4.** A critério da administração municipal, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando a irregularidade for devidamente justificada pela empresa detentora do contrato, por escrito, no prazo máximo até 5 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela prefeitura do município de Dois Vizinhos, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

**18.5.** Com fundamento no artigo 154 da lei estadual n.º 15.608/2007, será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração ao licitante que:

I) Se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

II) Não mantiver a sua proposta.

**18.6.** Caberá multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com a prefeitura do município de Dois Vizinhos, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa.

**18.7.** Além das já especificadas neste instrumento sujeitam-se a contratada inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da lei federal n.º 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no código de defesa do consumidor - lei federal n.º 8.078 de 11/09/90;

**18.8.** Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a contratada apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

## 19. CONSIDERAÇÕES FINAIS

**19.1.** O presente chamamento público tem por objetivo realizar uma prospecção do mercado imobiliário e não implica obrigatoriedade de locação do imóvel ou de aceite de quaisquer das propostas apresentadas, caso estas não atendam às exigências contidas neste chamamento.



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

---

**19.2.** A contratualização será realizada por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93.

**19.3.** Fazem parte deste edital os seguintes anexos:

Anexo I – Modelo de Proposta;

Anexo II – Modelo de Declaração Unificada.

Dois Vizinhos, 24 de maio de 2021

**Luis Carlos Turatto**  
Prefeito

**Natália Becchi Borçatto**  
Presidente



# Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

## ANEXO I - PROPOSTA DE PREÇOS

Aos ..... (DIA) de ..... (MÊS) de 2021, a empresa (RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE), inscrita no CNPJ nº (número do CNPJ), com sede na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE), portador da carteira de identidade nº (número da carteira de identidade), do CPF nº (número do CPF), e (telefone e e-mail), para os fins do Chamamento Público nº 009/2021, referente à prospecção do mercado imobiliário, visando a locação de imóvel não residencial, de pessoa jurídica, que atenda às necessidades da empresa FOAUD ENNAFIE MODAS, para sua instalação no município de Dois Vizinhos, conforme Lei Municipal 2476/2021, vem apresentar a seguinte proposta comercial:

ENDEREÇO COMPLETO DO IMÓVEL OFERTADO COM CEP:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DO IMÓVEL:

VALOR MENSAL DO ALUGUEL: R\$ 0,00 (valor por extenso)

VALOR ANUAL DO ALUGUEL: R\$ 0,00 (valor por extenso)

PRAZO PARA ENTREGA DAS CHAVES DO IMÓVEL: (valor por extenso) dias consecutivos, a contar da assinatura do contrato.

VALIDADE DA PROPOSTA: mínimo de 60 (sessenta) dias.

VAGAS DE ESTACIONAMENTO, AS QUANTIDADES E METRAGEM DISPONIBILIZADA PARA ESTE FIM: quantidade.

INFORMAÇÃO ACERCA DA DISPONIBILIDADE DE ESPAÇO PARA MANOBRAS BEM COMO A METRAGEM DISPONIBILIZADA PARA ESTE FIM:

Anexo a esta proposta fotos do imóvel (fachada, laterais e interna por pavimento);

Identificação dos proprietários e seus procuradores (apresentação dos respectivos instrumentos);

\_\_\_\_\_  
Assinatura  
(proprietário/representante legal)



# Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

## ANEXO II DECLARAÇÃO UNIFICADA (modelo)

### À Comissão de Licitações

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná  
Ref.: Chamamento Público nº 009/2021

### RAZÃO SOCIAL e CNPJ: ENDEREÇO:

1- Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública.

2- Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa (sócio administrador) é o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, Portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_.

Declaramos ainda outros dados da empresa:

**NOME DA FANTASIA:** .....

**RAMO DE ATIVIDADE Nº:** .....

**INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº:** .....

**INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº:** .....

3- Declaro para os devidos fins que **NENHUM** sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

4- Declaramos de que a empresa não possui em seu quadro de pessoal e não contratará empregados com **INCOMPATIBILIDADE** com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

5- Declaro para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que seja encaminhado para o seguinte endereço:

**E-mail:**

**Telefone: ( )**

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

6- Declaramos que a empresa contribui para a promoção do **Desenvolvimento Nacional Sustentável** no cumprimento de diretrizes e critérios de Sustentabilidade Ambiental, de acordo com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 8666/93 e com o artigo 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01 de 19 de janeiro de 2010.



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

7- Declaro que se declarado vencedor providenciarei as devidas adequações que se façam necessárias no imóvel ofertado para fins de atendimento das especificações contidas no presente Edital.

..... de 2021.  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável Legal da empresa  
**Carimbo do CNPJ da empresa**